

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT05.005](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT05.005)

AÇÕES E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS NORDESTINAS BRASILEIRAS ESTUDANTES-MÃES EM FOCO

LARA JORDANA LIMA DA SILVA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, larajordana100@gmail.com;

JULYA MYRELE ROSENDO DE ALMEIDA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, myrelerosendo@hotmail.com;

LAURA SANTOS DE OLIVEIRA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, lauramcz1@hotmail.com;

ROSEMEIRE REIS

Orientadora: Pesquisadora PQ2 – CNPq. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2006). Professora do Centro de Educação e do programa de pós-graduação (PPGE-UFAL), reisroseufal@gmail.com;

RESUMO

O respectivo trabalho tem como objetivo buscar virtualmente nos sites oficiais das universidades federais do nordeste brasileiro, se existem e quais são as ações ou programas de assistência estudantil que auxiliam as estudantes-mães que estão matriculadas no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, a partir do mapeamento das ações ou programas voltados para a presente categoria, com ênfase nos aspectos qualitativos por meio das informações fornecidas nos sites das universidades. Quando uma mulher se torna mãe, as exigências sociais que já existem em relação ao seu gênero são duplicadas, uma vez que ela é responsável não só por si, mas também pelo cuidado e bem-estar do/a filho/a. O acesso à educação é um direito fundamental de todos e todas, independente de raça, classe ou gênero. Entretanto, para as mulheres que são estudantes e mães, existem desafios e demandas adicionais que surgem com a maternidade, incluindo a necessidade de lidar com as demandas acadêmicas, com as responsabilidades familiares e rotina de trabalho. Enquanto formadora

humana, profissional e social, a universidade tem um papel fundamental na implementação de ações e programas que deem assistência para os/as estudantes, ouvindo as necessidades e apoiando tais autores/autoras que movem e dão vida a instituição. Identifica-se que, para apoiar e conseqüentemente proporcionar uma formação de qualidade para as estudantes mães, muitas universidades oferecem programas de atendimento estudantil específico, como, por exemplo, o fornecimento de creches ou a concessão de bolsas-auxílio. É fundamental que as instituições continuem trabalhando para garantir as oportunidades e permanência dessas jovens no ensino superior, por meio de políticas inclusivas e sensíveis a essa categoria.

Palavras-chave: Assistência estudantil, Estudantes mães, Gênero, Maternidade, Universidade Federal.

INTRODUÇÃO

A universidade representa um espaço de aprendizagens teóricas, assim como um ambiente de socialização e novas experiências sociais. A diversidade se faz presente em variados espaços, possibilitando assim a percepção de diferentes lutas e desafios enfrentados pelos/as estudantes. O respectivo projeto surge a partir de experiências durante o processo de formação no ensino superior do curso de Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, onde o mesmo possibilitou a vivência com estudantes mulheres que além da vida universitária, vivenciavam a maternidade.

Enquanto mulher, observar os desafios diários por elas enfrentados, trouxe essa motivação para aprofundamento do tema no campo de pesquisa. Poder conviver com essas estudantes-mães trouxe à tona a realidade de uma jornada exaustiva, onde algumas delas não tinham rede de apoio e precisavam levar seus filhos e filhas para sala de aula, tendo que contar com os/as demais estudantes para auxiliar quando necessário, pois, no Centro de Educação também não havia nenhum espaço que oferecesse essa rede de apoio.

O acesso à educação é um direito fundamental, porém, as mulheres que são estudantes e mães enfrentam desafios adicionais para conciliar as demandas acadêmicas, familiares e de trabalho. Diante disso, busca-se investigar em Universidades Federais públicas do Nordeste, quais são os programas e ações de assistência estudantil e como os mesmos podem contribuir para uma formação de qualidade dessas estudantes-mães?

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo buscar virtualmente nos sites oficiais das universidades federais do nordeste brasileiro, se existem e quais são as ações ou programas de assistência estudantil que auxiliam as estudantes-mães matriculadas no ensino superior. Para que seja possível alcançar o objetivo geral do presente artigo, se faz necessário realizar discussões acerca das categorias gênero, maternidade e feminismos. Além disso, é reafirmado o papel das universidades na implementação de ações que garantam a permanência dessas estudantes no ensino superior, para proporcionar uma formação de qualidade.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de uma pesquisa investigativa de caráter documental em torno do tema Ações e programas de assistência estudantil em universidades federais nordestinas brasileiras estudantes-mães em foco, em que serão tratadas de maneira crítica e reflexiva todas as fontes adotadas. De acordo com Ferreira, Hartwig e Oliveira (2010, p. 104) “a pesquisa investigativa, é uma abordagem que implica em, entre outros aspectos, planejar investigações, usar montagens experimentais para coletar dados seguidos da respectiva interpretação e análise, além de comunicar os resultados”.

Quanto à análise documental, Lüdke e André (2012) destacam-na como uma técnica valiosa na abordagem de dados qualitativos. Elas salientam que essa abordagem não apenas complementa informações obtidas por outras técnicas, mas também revela aspectos inexplorados de um tema ou problema. A análise documental, portanto, surge como uma ferramenta fundamental para compreensão de fenômenos complexos por meio da interpretação cuidadosa de uma variedade de documentos.

Além disso, tal pesquisa tem por mérito o teor qualitativo suscitado mediante a tabulação dos dados obtidos durante o processo de viabilização do estudo. De modo que, os argumentos trazidos à discussão são fruto do diálogo envolvendo a proposta temática, sua problemática e hipótese, bem como a literatura adotada para servir de referencial teórico.

Segundo as org. Gerhardt e Silveira (2009) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (p.31). A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014).

O mapeamento foi conduzido nos sites eletrônicos das universidades, nas seções “Acesso à Informação” e “Ações e Programas” seguindo a aba “Assistência Estudantil”. É importante considerar que pode haver outros documentos relacionados à assistência que não foram encontrados por não estar nas abas indicadas.

DESAFIOS E CONQUISTAS: PENSAMENTOS SOBRE GÊNERO, MATERNIDADE FEMINISMOS

É de fundamental relevância trazer a luz das discussões e reflexões a categoria gênero, pois a mesma aborda diferentes concepções e expectativas associadas aos papéis sociais de homens e mulheres. É fundamental entender que gênero não se relaciona apenas com a biologia das pessoas, mas também com a cultura, história e política. É necessário promover um diálogo aberto e respeitoso sobre o assunto para avançarmos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1989, p. 21). A reflexão de Joan Scott é um ponto de partida importante para se entender como as desigualdades são construídas e mantidas. É através do gênero que são estabelecidas as expectativas sociais em relação ao comportamento, papéis e atributos considerados adequados para homens e mulheres, gerando assim, diversas formas de opressão e exclusão.

A relação entre gênero e poder é inegável e se manifesta em inúmeras esferas da vida social. É através do gênero que se definem os papéis sociais e se estabelecem hierarquias e relações de dominação-subordinação, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder” (SCOTT, 1989, p.21). A partir da compreensão de que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, é possível enxergar como as desigualdades de gênero afetam de forma desproporcional as mulheres, pessoas negras, crianças, pessoas LGBTQIAPN¹, ou seja, todas as categorias que são consideradas as minorias ou são excluídas socialmente diante das elites.

Para que possamos compreender de onde surgiram essas desigualdades e opressões de gênero, se faz necessário abordar e expor, mesmo que brevemente, que foi durante a colonização, que as potências europeias impuseram suas normas e valores de gênero sobre as sociedades colonizadas. Em seu texto denominado “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade (2017)” Walter D. Mignolo apresenta o que seria a Matriz Colonial de Poder (MCP), de acordo com o autor:

1 LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/ Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade (...) A MCP então opera em uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos e interconecta dos que são atravessados por diferenças coloniais e imperiais. (MIGNOLO, 2017, p. 5 e 10)

Isso resultou em uma hierarquia de gênero que favorecia os homens e marginalizava as mulheres, LGBTQIAPN+ e outras identidades de gênero. “Uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais (Garza Carvajal, 2003; Trexler, 1995; Sigal, 2000; Enloe, 2001; Tlostanova, 2010b; Oyesumi, 1997 apud Mignolo, 2017, p.11)”. Os colonizadores reforçaram estereótipos de gênero, como a feminilidade sendo associada à fraqueza e submissão, enquanto a masculinidade era vista como superior e dominante. Essas normas foram transmitidas através de instituições como a igreja, escolas e leis, e os impactos nas sociedades colonizadas são vivenciados até hoje.

Certamente, a questão de gênero construída historicamente é um assunto complexo que envolve diversas problemáticas importantes. Segundo a pesquisadora Guacira Lopes Louro (1997), a diferença de gênero que existe historicamente tem sido utilizada para justificar diversas desigualdades entre homens e mulheres. Inicialmente associada a distinções biológicas, a diferença de gênero foi utilizada para criar teorias que procuravam sustentar diferenças físicas, psicológicas e comportamentais entre os dois sexos. Essas teorias serviram para indicar diferentes habilidades sociais, talentos e aptidões, além de justificar as posições sociais, possibilidades e destinos considerados “apropriados” para cada gênero.

As reflexões de Louro (1997) apontam para a maneira como a diferença de gênero tem sido historicamente utilizada como um mecanismo de controle social, que perpetua desigualdades e limites impostos às mulheres. Essa estrutura hierárquica e patriarcal reforça opressões de gênero, já que a discriminação e a violência contra mulheres são justificadas e perpetuadas por essa ideologia. A autora Djamilia Ribeiro (2017) contribui para essa importante discussão, onde a mesma afirma que:

O patriarcado é um sistema que consagra a supremacia masculina em detrimento de mulheres e de outras formas de vida. É um sistema que nos ensina que o sexo biológico determina funções sociais e políticas, que a violência sexual é naturalizada e que a maternidade é a única

possibilidade de realização para as mulheres. A partir dessa ideologia, a sociedade é estruturada de forma a garantir o controle do corpo e da vida das mulheres pelos homens. (RIBEIRO, 2017, p.72)

Diante disso, é importante refletir sobre como o patriarcado se manifesta em nossa sociedade e como podemos combatê-lo. É necessário reconhecer a existência de desigualdades de gênero e lutar por uma igualdade real. Isso implica em desconstruir estereótipos de gênero, combater a violência contra a mulher e garantir o acesso das mulheres a espaços de poder e decisão onde de fato se tenha autonomia para exercer suas funções, e não apenas ocupar um cargo. Somente assim poderemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária para todas as formas de vida.

Cabe também, diante das presentes discussões, considerar que essas representações de poder de gênero (SCOTT, 1989) expõe problemáticas à cerca do gênero masculino e os padrões de masculinidade que são impostas para os homens. Ribeiro (2019), discute que a construção da masculinidade tóxica é influenciada por fatores históricos, sociais e políticos, que moldam o gênero masculino através de estereótipos e atributos que são considerados normais. Esse modelo de masculinidade é caracterizado pela ideia de superioridade em relação a outros gêneros e pelo controle exercido sobre o corpo e a vida das mulheres.

Em nossa sociedade, ainda quando crianças, as mulheres são ensinadas quais são as brincadeiras e funções destinadas para as meninas e para os meninos. Assim sendo, as mulheres em sua infância ganham bonecas para serem suas "filhas", brinquedos que remetem os serviços domésticos, dentre outros. Já os meninos ficam com seus carrinhos, bonecos de super-heróis. As meninas têm que se comportar mais calmamente, com brincadeiras consideradas "femininas", como por exemplo essa questão da maternidade de brincadeira.

Marcello (2005) apresenta que "é importante dar a ver essa 'maternidade-de-mentirinha', porque com ela são traçadas formas de cumprir a norma ou de colocá-la em funcionamento. Nada imatura, a menina mostra uma espécie de seriedade, de rigor ao representar-se como mãe." (p.87). Desde pequena as mulheres são expostas a ideia de que elas nasceram para desempenhar esse papel materno, do amor incondicional e do cuidado. Elisabeth Badinter (1985) faz uma importante reflexão sobre essa problemática que se perpetua por muitos anos:

A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade

na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência (1985, p. 14)

Conforme Swain (2007) e Sévon (2005) *apud* Urpia (2009) "Tornar-se mãe em nossa cultura é frequentemente considerado uma experiência realizadora na vida de uma mulher, enquanto que o contrário, ou seja, não ter filhos, é encarado como ausência de feminilidade, associado à ideia de incompletude.". A partir do momento em que a mulher se torna mãe, todas as cobranças sociais que já existem em torno dele pelo fato de ser mulher, duplicam, pois, ela passa a ser responsável por ela e pelo/a filho/a. Além dos cuidados básicos com a criança, recaí sobre ela a responsabilidade da criação, educação, formação, dentre outras questões.

Quantas vezes já não ouvimos as cobranças serem sempre direcionadas as mães? Mesmo quando se tem outros responsáveis envolvidos no processo de educação da criança. Mais uma estatística dentre tantas que não favorece a mulher-mãe, temos também a do abandono paterno, onde, segundo o IBGE² (2018), aproximadamente 11 milhões de mães são chefes de seus lares sozinhas, ademais existem 5.5 milhões de pessoas que não possuem o nome paterno na certidão de nascimento. Urpia (2009) reflete sobre essa questão:

Não obstante esta mudança na condição feminina, com a conquista de novos espaços e posições sociais, a maternidade permanece sendo vista, não poucas vezes, como uma experiência de exclusividade na vida da mulher. E esquecem-se, constantemente, nesse discurso idealizador da maternidade, de incluir os homens, para os quais ainda se reserva a posição de "ajudantes" nesse processo de transição parental, em que deveriam estar implicados homens e mulheres igualmente. (p.01)

A questão de gênero e maternidade é complexa e envolve muitas responsabilidades para as mulheres. Infelizmente, a sociedade muitas vezes culpa e cobra que as mulheres desempenhem perfeitamente seu papel como mãe, dona de casa e mulher. Essas expectativas são frequentemente impostas pelos homens. É importante lembrar que os papéis de pai, mãe e filho são moldados pelos valores e necessidades da sociedade em que se vive.

2 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

Além disso, é necessário discutir e buscar novas ideias para que as mulheres possam conciliar suas responsabilidades e ter a liberdade de escolher o que é melhor para elas e suas famílias. Ao focar somente no homem e conceder-lhe todo o poder, a ideologia ofusca a mulher, relegando-a a uma posição semelhante à da criança (BADINTER, 1985). Ademais, a criação e educação dos/as filhos/as geralmente recaem sobre a mãe, que é culpabilizada por comportamentos inadequados. É importante reconhecer que, mesmo no caso de mulheres que são ou serão mães, elas são seres humanos com vontades, sonhos e objetivos próprios, e não devem ser reduzidas à função de maternidade.

Na atualidade, muitas coisas mudaram devido conquistas da classe feminina, o surgimento de organizações, a luta pelos direitos políticos e com isso as mulheres passaram a ocupar diversos espaços que, embora não sejam a maioria, tempos atrás lhes eram negados. Sendo esses espaços, no trabalho, na família, na universidade e em seu ciclo social.

O feminismo é um grande aliado nessa luta. Esse movimento “surgiu como uma reação à opressão e à discriminação histórica sofrida pelas mulheres” (SCOTT, 1986, p. 23), e “não é apenas sobre igualdade de gênero, mas também sobre a libertação das mulheres de todas as formas de opressão” (hooks, 2004, p. 45). Quando bell hooks (2004) fala sobre a libertação de todas as mulheres, destacamos essencialmente as mulheres negras.

Antes de qualquer marcador, evidenciamos a categoria raça. A vivência do racismo e do sexismo é simultânea e não pode ser analisada de forma isolada, pois essas opressões se interligam e se potencializam. Isso resulta em uma realidade de exclusão e marginalização para as mulheres negras, que enfrentam barreiras estruturais e sociais que afetam sua vida em diversas esferas. A abordagem interseccional permite uma compreensão mais completa da realidade dessas mulheres e é um passo importante para lutar contra as opressões e promover a igualdade de gênero e raça (RIBEIRO, 2018).

De acordo com hooks “O feminismo negro não é apenas para mulheres negras. É para todos nós. É para todas as pessoas que se preocupam com a justiça e a igualdade.” (2004, p.161). Isso porque o racismo e o sexismo estão interligados e afetam a vida de mulheres negras de maneira desproporcional. Reconhecer e apoiar a luta das mulheres negras é fundamental para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou gênero.

Ao elucidar essas questões, discutimos sobre um feminismo decolonial, o mesmo é uma corrente do feminismo que busca desafiar as estruturas opressivas que foram estabelecidas pelo colonialismo. Para melhor compreender sobre essa perspectiva, Ochy Curiel argumenta que:

A colonialidade do poder implica relações sociais de exploração/dominação/conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seus recursos de produção, pelo controle do sexo e seus produtos, da reprodução da espécie, da subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento e a autoridade, e seus instrumentos de coerção. (CURIEL, 2020, p.127)

O feminismo decolonial não apenas considera as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade como interdependentes e articuladas, mas também busca descolonizar a subjetividade, o conhecimento e a política em si mesma. Ele se baseia nas vidas, lutas e resistências das mulheres latino-americanas e caribenhas, negras e indígenas, que se tornam sujeitos de suas próprias histórias, e é a partir dessa construção que o pensamento feminista decolonial se desenvolve (LUGONES, 2008;2018).

Sobre essa corrente Mignolo (2011) ainda afirma que “é uma prática de descolonização que visa dismantelar as hierarquias globais de poder que são sustentadas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo colonialismo”. Ademais, são feitas críticas ao feminismo branco que desconsidera as especificidades das mulheres negras, onde não há reconhecimento do racismo estrutural que está intrínseco na sociedade. Em relação a esse ponto Grosfoguel (2016) afirma que o feminismo decolonial “busca, em primeiro lugar, descolonizar o feminismo, descolonizando-o do eurocentrismo que o atravessa” (p. 72).

Não se pode negar os avanços e conquistas das mulheres, porém os desafios permanecem. Ainda é preciso debater e contestar o racismo e o machismo, que distingue ações e oportunidades entre homens e mulheres, controlando as atitudes e os corpos das mulheres, que são regidos por regras morais que muitas vezes as privam da liberdade.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA MÃES UNIVERSITÁRIAS

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das Ifes³ (2018), mais da metade das matrículas no Ensino Superior são de mulheres. Embora seja inegável que a presença feminina no Ensino Superior tenha aumentado significativamente no Brasil, é importante refletir sobre o impacto dessa presença na transformação do campo educacional e científico, a fim de garantir uma maior equidade de gênero nesses espaços.

Sampaio (2011) aponta para uma questão importante no sistema educacional: a falta de envolvimento das universidades na compreensão das necessidades dos/as estudantes. Essa postura “mecânica” pode levar a uma abordagem superficial e insuficiente no que diz respeito ao suporte que deve ser oferecido aos/as estudantes. Isso pode afetar negativamente a eficiência acadêmica e profissional dos/as estudantes, que podem não ter suas necessidades atendidas adequadamente. É fundamental que as universidades adotem uma postura mais ativa e participativa na vida de seus/suas estudantes, buscando entender suas necessidades e oferecendo suporte adequado para garantir seu sucesso acadêmico e profissional.

Coulon (2017) introduz o conceito de afiliação como uma ferramenta importante para compreender as questões de adaptação dos/as jovens e adultos universitários à cultura acadêmica. No entanto, é importante considerar que a afiliação pode ser influenciada por fatores externos, como a falta de suporte social e econômico, o que pode dificultar ainda mais a adaptação dos/as estudantes. Além disso, a cultura acadêmica nem sempre é inclusiva e pode perpetuar desigualdades, tornando a adaptação um desafio ainda maior para alguns grupos de estudantes.

De acordo com Coulon (2017), a afiliação universitária é o processo pelo qual os/as alunos se identificam com a instituição à qual pertencem. Segundo o autor, essa identificação é importante porque “a afiliação universitária é um fenômeno social que permite ao indivíduo se inserir em uma instituição que lhe dá status e reconhecimento” (COULON, 2017, p. 54). Em resumo, para Coulon, a afiliação universitária é um processo de identificação dos/as alunos com a instituição à qual

3 Este documento constitui a principal e mais extensa fonte de dados sobre os graduandos das Universidades Federais do Brasil. Além dos dados de perfil social (cor ou raça, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade dos pais) e perfil econômico (renda, empregos, bens e moradia), a pesquisa também coleta indicadores educacionais e acadêmicos antes e depois de os/as alunos/as entrarem na faculdade.

pertencem, que se constrói a partir da participação e do envolvimento dos/das mesmos/as na vida acadêmica e na cultura institucional.

Os programas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras são de extrema importância para garantir a permanência das estudantes-mães e auxiliar no processo de afiliação universitária. A maternidade pode ser um desafio para muitas mulheres que têm que conciliar o cuidado com os filhos e as demandas acadêmicas, financeiras e sociais da vida universitária.

Nesse sentido, sendo fruto de muita luta surgiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. “O PNAES foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008” (IMPERATORI, 2017, p.293). O programa foi criado com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência dos/as estudantes na universidade. O programa oferece auxílios financeiros e serviços de assistência estudantil, como moradia, alimentação, creches, transporte e atividades culturais e esportivas. Ainda de acordo com a autora Thaís Kristosch Imperator (2017):

A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada Ifes. (p.295)

É importante considerar como a assistência estudantil pode ser aprimorada para atender às necessidades específicas de cada estudante, especialmente aqueles/as em situação de vulnerabilidade socioeconômica e assim oferecer uma assistência cada vez mais efetiva e inclusiva. No tópico a seguir será realizado o mapeamento de ações e programas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras que contemplem as estudantes que são mães.

a. Mapeamento das ações e programas de assistência estudantil nas UFs

Foi realizada uma busca em cada site eletrônico das vinte universidades federais do nordeste brasileiro, para mapear as ações e programas de assistência estudantil. Este levantamento permitiu a identificação de quais iniciativas são

oferecidas em cada universidade e estado, que pode auxiliar na permanência das estudantes/mães.

Destacamos que a pesquisa foi conduzida nos sites eletrônicos das universidades, seguindo a aba “Acesso à Informação”, especificamente nas seções “Ações e Programas” e “Assistência Estudantil”. É importante ressaltar que pode haver outros documentos relacionados a assistência, programas ou ações, que não estejam contidos nessas seções pesquisadas.

Com base nas informações coletadas nos vinte sites das universidades federais, segue abaixo um quadro expositivo contendo os nomes das instituições, unidade federativa e programas e ações vigentes:

Nome	Unidade federativa	Programas e ações
UF da Bahia	Bahia	Creche UFBA PSIU - Plantão de Acolhimento da UFBA Programa Bolsa Permanência (PBP)
UF do Sul da Bahia	Bahia	Auxílio Alimentação Auxílio Transporte Auxílio Creche Auxílio à Permanência Auxílio Material Pedagógico Auxílio Saúde Menstrual Auxílio Emergencial
UF do Recôncavo da Bahia	Bahia	Auxílio Deslocamento Auxílio Creche Apoio Pedagógico para Atividades Acadêmicas Auxílio Emergencial
UF Lusofonia Afro-Brasileira	Ceará (sede) Bahia	Auxílio Transporte Auxílio Alimentação Auxílio Social Auxílio Emergencial Programa Bolsa Permanência (PBP)
UF da Paraíba	Paraíba	Auxílio Creche Auxílio transporte Apoio Emergencial Bolsa Permanência (PBP)

Nome	Unidade federativa	Programas e ações
UF do Cariri	Ceará	Auxílio Creche Auxílio Transporte Auxílio Emergencial Bolsa Permanência Atendimento Psicológico Atendimento Pedagógico
UF de Alagoas	Alagoas	Bolsa Pró-Graduando Auxílio Creche Acolhimento Psicológico Ajuda de Custo Apoio Emergencial
UF de Campina Grande	Paraíba	Bolsa Permanência Auxílio ao Ensino de Graduação Auxílio Emergencial Estudantil Auxílio Creche Auxílio Transporte
UF de Pernambuco	Pernambuco	Bolsa de Manutenção Estudantil Projeto Estudante Cooperador Pedagógico Bolsa Permanência (MEC) Auxílio Creche Auxílio Internet
UF de Sergipe	Sergipe	Bolsa Permanência Auxílio Creche Orientação Psicossocial Manutenção Acadêmica Auxílio transporte Acompanhamento Acadêmico e Apoio Pedagógico
UF do Ceará	Ceará	Acompanhamento Psicopedagógico, Psicológico e Psicossocial
UF do Maranhão	Maranhão	Apoio Psicológico, Psiquiátrico e Clínico ao Estudante Auxílio Transporte Auxílio Emergencial Auxílio Creche Auxílio Inclusão Digital
UF do Oeste da Bahia	Bahia	Apoio Pedagógico Serviço de Psicologia

Nome	Unidade federativa	Programas e ações
UF do Piauí	Piauí	Bolsa de Apoio Estudantil Auxílio Creche Auxílio Inclusão Digital Auxílio Emergencial Especial O Serviço de Apoio à Amamentação (SAMA) Serviço Pedagógico - SEPE Serviço de Apoio Psicológico (SAPSI)
UF do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Auxílio Creche Auxílio Transporte Assistência Estudantil
UF do Vale do São Francisco	Pernambuco (sede) Bahia Piauí	Bolsa Permanência Auxílio Permanência Auxílio Creche
UF Rural de Pernambuco	Pernambuco	Bolsa de Apoio Acadêmico Auxílio Transporte Programa de Apoio ao Ingressante (PAI) Programa de Apoio a Gestante (PAG) Bolsa Permanência MEC Acompanhamento e Atendimento Pedagógico Acompanhamento e Atendimento Psicológico Acompanhamento e Atendimento de Serviço Social
UF Rural do Semi-Árido	Rio Grande do Norte	Oferta de Serviço Social Oferta de Serviço de Psicologia Oferta de Serviço de Orientação Pedagógica Bolsa Acadêmica Auxílio Transporte Auxílio Didático Auxílio Inclusão Digital Auxílio Creche Auxílio Emergencial
UF do Agreste de Pernambuco	Pernambuco	Programa de Apoio ao Ingressante (PAI) Bolsa de Apoio Acadêmico Auxílio Transporte Programa de Apoio à Gestante (PAG) Projeto Alunos Conectados Programa Bolsa Permanência PBP/MEC

Nome	Unidade federativa	Programas e ações
UF do Delta do Parnaíba	Piauí	Auxílio Creche Bolsa de Apoio Estudantil (BAE)

Fonte: Quadro expositivo construído pelas autoras

No Nordeste brasileiro, há um total de 20 universidades federais que oferecem diversos tipos de auxílios aos/as seus/as estudantes. Grande parte dessas instituições disponibiliza auxílio transporte, alimentação, permanência e bolsa emergencial para os alunos. Além disso, das 20 universidades, 16 possuem auxílio creche ou creche própria, enquanto apenas duas oferecem apoio a gestantes/mães e 4 não deixaram claro se oferecem esse tipo de ajuda. Algumas dessas instituições ainda oferecem acompanhamento psicossocial e pedagógico individualizado para seus/as estudantes, além de iniciativas que visam incluir digitalmente os/as alunos/as.

É importante destacar que esses auxílios são fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos/das estudantes na universidade, principalmente para aqueles/as que enfrentam dificuldades financeiras e sociais. No entanto, é preciso que todas as universidades se esforcem para oferecer esses benefícios de forma clara e acessível para todos os/as alunos/as que precisam.

A inclusão digital também é um aspecto relevante, visto que a pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de recursos tecnológicos para o ensino remoto. Portanto, iniciativas que visam equipar os estudantes com dispositivos e acesso à internet são essenciais para garantir que todos/as tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

b. Impacto desses auxílios na permanência e sucesso acadêmico das mães universitárias

A assistência estudantil é um tema de grande importância para a permanência e qualidade na formação acadêmica das mães universitárias. Para entender o impacto dessa assistência, é preciso compreender a realidade enfrentada por essas mulheres que buscam a formação superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 fala sobre a garantia de igualdade de oportunidades que implica, necessariamente, a oferta de apoio financeiro, pedagógico e social a todos aqueles que, em condições desiguais, buscam a formação superior.

Muitas mães universitárias têm dificuldades financeiras para arcar com as despesas necessárias para a formação acadêmica e para a manutenção da família. Isso pode levar à desistência dos estudos e ao abandono do sonho da formação no ensino superior. Gualda (2018) reflete que:

“Mulheres que são mães enfrentam desafios adicionais para permanecerem na universidade, incluindo falta de tempo para estudar e se envolver em atividades extracurriculares, falta de apoio social e financeiro adequado, e discriminação por parte da instituição e da comunidade acadêmica” (p. 45).

A assistência estudantil é uma ferramenta fundamental para que as mães universitárias possam superar tais desafios. Através das bolsas de estudos, auxílio transporte, alimentação e moradia, auxílio creche, além de outros benefícios que ajudam a garantir a permanência dessas mulheres na universidade. Para além dos benefícios financeiros, a assistência estudantil também pode oferecer suporte social, emocional e psicológico para as mães universitárias. Muitas vezes, essas mulheres enfrentam preconceitos e dificuldades em conciliar os estudos com a maternidade. O apoio psicológico pode ser fundamental para que elas se sintam acolhidas e motivadas a seguir em frente.

A instituição universitária tem o papel de fomentar a emancipação dos indivíduos que a frequentam. Como ambiente de aprendizagem e produção de conhecimento, é essencial refletir sobre as origens e consequências das desigualdades (sejam elas histórico-culturais, sociais ou políticas) (SILVA, 2008; MATOS, 2012) e oferecer apoio a todos/as os/as estudantes.

Em resumo, a assistência estudantil é uma ferramenta fundamental para garantir a permanência e a formação acadêmico de qualidade das mães universitárias. Ela oferece ferramentas financeiras e emocionais, além de contribuir para a formação acadêmica das futuras gerações. É preciso investir nessa assistência para que essas mulheres possam realizar seus sonhos e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou a temática do gênero, maternidade e feminismo, destacando a importância de trazer à tona discussões sobre esses temas

para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma reflexão sobre o impacto das desigualdades de gênero e a relação entre gênero e poder mostrou como as mulheres, especialmente as mães universitárias, confrontando múltiplas formas de opressão e exclusão.

Nesse contexto, a assistência estudantil surge como uma ferramenta fundamental para garantir a permanência e a formação acadêmica de qualidade das mães universitárias. Através de benefícios financeiros, como bolsas de estudos e auxílio transporte, alimentação e creche, e suporte social e emocional, as universidades podem contribuir para superar os desafios enfrentados por essas mulheres. É importante ressaltar que as ações e programas de assistência estudantil nas universidades federais do Nordeste são variados e abrangem diferentes áreas de atuação. Por meio dessas iniciativas, as universidades demonstram o compromisso em garantir a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência dos/as estudantes, incluindo as mães universitárias.

No entanto, é necessário fortalecer e aprimorar essas políticas, considerando as necessidades específicas de cada estudante e fornecendo uma assistência cada vez mais eficaz e inclusiva. Além disso, é fundamental que as universidades promovam uma cultura acadêmica mais inclusiva e igualitária, combatendo as violências de gênero e oferecendo suporte adequado para que todas as mães universitárias possam conciliar suas responsabilidades familiares e acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEZERRA, N. **Mulher e universidade:** a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Ministério Público do Estado da Bahia, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.4, p.1239-1250, out./dez. 2017.

CURIEL, O. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org). Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FERREIRA, L., HARTWIG, D. e OLIVEIRA, R. Ensino Experimental de Química: Uma Abordagem Investigativa Contextualizada. **Revista Pesquisa em Ensino**, Vol. 32, N° 2, p. 1-22, MAIO 2010.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes (Institutos Federais de Ensino Superior)**. Brasília: Fonaprace, 318p, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GROSFOGUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2016, p. 69-116.

GUALDA, A. Maternidade e universidade no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação**, 23, e230045, 2018. doi: 10.1590/s1413-24782018230045.

HOOKS, bell. **"Moving Beyond Pain."** In: The Will to Change: Men, Masculinity, and Love. Atria Books, 2004.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2019.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, M. **Hacia un feminismo descolonial.** Estudios Culturales Latinoamericanos, vol. 1, n. 1, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRE, Menga. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

MARCELLO, F. de A. Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas. **Educar em Revista**, n. 26, p. 81-98, 2005.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. **Espaço feminino no mercado produtivo.** In: Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, Vol. 32, nº 94, jun. 2017, e329402.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da vida estudantil:** primeiros estudos. Salvador: Edufba, 2011.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, p. 357-368, 2008.

URPIA, A. M. de O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.